

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos Ricardo de Araújo Kalid Milton Ferreira da Silva Junior Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto Álvaro Sérgio Oliveira Daiane Thaise Oliveira Faoro Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky Édi Augusto Benini Elcio Gustavo Benini Eziel Gualberto de Oliveira Henrique Tahan Novaes Martina Nogueira Lima Raphael Camargo Penteadó Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE</i> LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR	460

RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA

Ricardo Franco Llanos

Graduado em Ciências Econômicas Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP – São Paulo

RESUMO: Este trabalho analisa a questão da Democratização da Comunicação sob a perspectiva de Rádios Livres, tendo como objeto de estudo a Rádio Muda, rádio livre situada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP). Abordando a história de Rádios Livres Brasileiras e Europeias que buscaram contrapor-se aos monopólios dos Meios de Comunicação, também foi revisto a conceituação das Rádios Livres, diferenciando-as de outros gêneros radiofônicos. Por fim é apresentado um Estudo de Caso da Rádio Muda durante os anos 2014-2015, investigando sua inserção no debate da Democratização da Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio Livre; Democratização dos Meios de Comunicação; Comunicação Popular; Rádio.

FREE RADIOS AND DEMOCRATIZATION OF COMMUNICATION: A “MUDA” PERSPECTIVE

ABSTRACT: This work analyzes the issue of democratization of communication from the perspective of Free Radios, having as object of study Radio Muda, a free radio based in

Campinas University (UNICAMP-Brazil). Addressing the history of European and Brazilian Free Radios that sought to oppose the media monopoly, it was also reviewed concepts of Free Radios, distinguishing them from other radio broadcasting genres. Finally it is presented a Case Study of Radio Muda during the years 2014-2015, investigating its insertion in the democratization of communication debate.

KEYWORDS: Free Radio, Democratization of Communication, Popular Communication, Radio.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a democratização dos meios de comunicação permanece inacabada no esforço de construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Ocupando um importante papel como ferramenta social na construção da opinião pública (MORAES et al, 2013, p.65), o controle dos meios de comunicação pelo setor de classe dominante é fundamental para a defesa de seus interesses de classe (COMPARATO, 2001, p.10).

No campo da radiodifusão, esta defesa ocorreu através do processo histórico de regulação dos meios de comunicação brasileiros. Conduzida a partir dos interesses destes setores dominantes (BOLAÑO, 2010,

p.9), este processo culminou com a formação de oligopólios privados, nos quais grupos midiáticos controlam os direitos de exploração e partilha do Espectro Eletromagnético (BELISÁRIO, 2015), sobrepondo seus interesses econômicos e políticos às demandas sociais de diversos setores com menor poder.

No cerne das tensões políticas e sociais estabelecidas, emergiram movimentos que buscaram atender estas demandas através de diversas formas de atuação, seja reivindicando reformas políticas e regulatórias, seja atuando diretamente apropriando-se de fato dos meios de comunicação. O seguinte artigo, baseado na pesquisa realizada como Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, discorre sobre uma destas formas de apropriação direta dos meios de comunicação denominadas Rádios Livres, resgatando de forma sucinta sua trajetória e abordando questões centrais como controle, ilegalidade e participação social. Finalizando, apresenta-se um Estudo de Caso sobre a Rádio Muda, extinta Rádio Livre de Campinas.

2 | CONCEITUAÇÃO DE RÁDIO LIVRE

As Rádios Livres não se enquadram na classificação tradicional de gêneros radiofônicos, uma vez que são formas de apropriação da tecnologia de radiodifusão. Dentro desta classificação, as Rádios Livres são consideradas como apropriações “ilegais” (ANDRIOTI, 2004, p.15), pois transmitem sem a concessão do Estado. Além das Rádios Livres, as apropriações ilegais também englobam as rádios clandestinas e rádios religiosas, cada qual com objetivo, estrutura e conteúdos distintos. As Rádios Livres distinguem-se dos outros gêneros por compreenderem a apropriação do Espectro Eletromagnético e a transmissão sem autorização do Estado como uma possibilidade de prática democrática, constituindo no interior da comunicação radiofônica um espaço de reivindicação de direitos, de contestação política e de questionamento do formato de comunicação unilateral hegemônico, cuja máxima expressão são os monopólios dos meios de comunicação. Outra diferença fundamental é que as Rádios Livres não possuem uma lógica comercial, partidária ou religiosa, além de não possuírem fins lucrativos e espaços em sua programação para propagandas e publicidade. São, assim, instrumentos de comunicação pública, com intuítos educacionais, culturais e sociais.

Em outra abordagem sobre democratização da comunicação, Scott Uzelman, em seu capítulo “Hard At Work In The Bamboo Garden”, do livro “Autonomous Media: Activating Resistance and Dissent”, procura conceituar dois movimentos distintos que buscam a democratização da comunicação: a mídia alternativa e a mídia autônoma ou livre. Esta última categoria busca novas formas democráticas de comunicação, independentes do governo e de corporações, construindo lugares em que a comunicação seja produzida de forma autônoma e mais popular, questionando a divisão existente entre produtores e consumidores. Para tanto, busca radicalizar os

meios de comunicação, adotando estratégias autônomas de apropriação tecnológica baseadas na filosofia do “*Do it yourself*” (Faça você mesmo) e de trabalho coletivo, através de novas formas de narrativas e de relações entre os participantes, prezando por estruturas horizontais e não autoritárias.

Apesar de terem sua importância e legitimidade reconhecidas enquanto veículos de comunicação participativos, a história das Rádios Livres é marcada pela repressão desproporcional das autoridades que aplicam a sentença de criminalização de transmissões sem outorgas, culminando com o fechamento destas emissoras, apreensão de seus equipamentos e detenção ou aplicação de multa e processos aos participantes. Nesse sentido, para melhor compreender o engajamento das Rádios Livres é importante apresentar brevemente algumas questões e contradições que compõe este ambiente normativo.

3 | REGULAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS

O ambiente normativo brasileiro é composto de diversas peças jurídicas aprovadas em diferentes momentos, mas que em última instância refletem o poder que os setores políticos e econômicos dominantes detêm sobre os espaços de proposição e debate de leis sobre os meios de comunicação brasileiros (BOLAÑO, 2004, p.73).

Historicamente, a centralização das atividades de radiodifusão durante o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945 (LOPES, 2008, p.3-4), que definiu o modelo de radiodifusão brasileiro como patrimônio público para exploração privada, aplicando o modelo conhecido como “*Trusteeship Model*” (SIMIS, 2006, p.3), além da manutenção do sistema de “*Command and Control*” (LOPES, 2008, p.4).

Posteriormente, O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, reiterou características do modelo centralizado de gestão de espectro e apresentou regras para a outorga de serviços de radiodifusão, cujos critérios pouco transparentes permitiram uma lógica patrimonialista de uso das licenças, consolidando o “coronelismo eletrônico” (LOPES, 2008, p.5). Aprovado após os 52 vetos do então Presidente João Goulart terem sido derrubados pelo Congresso, criou-se a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT), articulação que representa a cristalização dos interesses das classes proprietárias do setor de Comunicação (VALENTE, 2013, p.37). Aprofundando a questão do controle e da centralização, o decreto nº 236 de 1967, assinado pelo ditador Castelo Branco, “alinhou o já autoritário e pouco democrático Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT, de 1962, à política de militarização, transformando-a em questão de segurança nacional” (NUNES, 1995, p. 33).

O fim da ditadura militar e a consequente reabertura democrática trouxe a tona o debate sobre a democratização dos meios de comunicação culminando na

promulgação de cláusulas específicas sobre a regulação dos meios de Comunicação na Constituição Federal de 1988, de modo que houve alguns avanços, como o Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão (BRASIL, 1988, art.220, §1º), proibição do monopólio (ibid., art. 220, §5º) e princípio da complementaridade entre os modelos privado, público e estadual (ibid., 1988, art. 223). Se estes artigos criaram uma importante sustentação para a defesa das mídias livres e comunitárias, na prática o panorama da concentração dos meios de comunicação pouco foi alterado, sobretudo porque o sistema de concessão de uso do Espectro manteve seu caráter concentrado, autoritário e não democrático.

No ano de 1997, sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso foi criada a Lei Geral das Telecomunicações – LGT, que separou os serviços de radiodifusão dos serviços de telecomunicações. As reformas do governo FHC também instauraram novos critérios para a outorga e permissão de radiodifusão, que deveriam então ser precedidas por procedimento licitatório, substituindo o critério político pelo critério econômico (LOPES, 2008). Na compreensão de Lopes, essa transformação acaba reforçando o poder do setor empresarial dominante, pois dentro da lógica financeira são estes que possuem experiência e recursos para operarem novas emissoras (ibid., pp.10-14).

Mesmo revogando trechos dos códigos anteriores, a LGT manteve a cláusula de criminalização da atividade de radiodifusão (presente tanto no CBT como no decreto de 1967), reforçando-a, inclusive, pela estipulação do “desenvolvimento clandestino de atividades de telecomunicações” como crime punível com detenção dos envolvidos (ARTIGO 19, 2016, p. 16). Desta forma, tanto o CBT quanto a LGT são utilizadas como peças jurídicas no âmbito da repressão, evidenciando de um modo geral a configuração de um aparato legal que pouco respalda o acesso democrático aos meios de comunicação.

4 | HISTÓRIA DAS RÁDIOS LIVRES

A identidade das Rádios Livres como prática democrática e de oposição aos monopólios dos meios de comunicação foi forjada historicamente através de múltiplas experiências que utilizaram a apropriação tecnológica da radiodifusão como instrumento de engajamento, contestação e luta política. As Rádios Piratas e as rádios de guerrilha, ativas durante a Revolução Cubana e a Guerra Civil Espanhola (NUNES, 1995, p.14-15), figuram entre as principais inspirações.

As rádios piratas surgem durante o fim dos anos 50 num contexto de corrosão do sistema de monopólio estatal europeu sobre o espectro eletromagnético. Transmitindo sem sua autorização, estas rádios eram adaptadas em barcos que operavam no território ultramarino dos países, fora da área de competência do estado nacional, mas cujos transmissores cobriam o território nacional.

A pirataria, conforme aponta Machado, é um “Fenômeno tipicamente inglês”

(MACHADO et al, 1987, p.60). As primeiras rádios piratas surgiram na costa inglesa no final dos anos 50, seguidas por outras rádios que navegaram nas gélidas águas do mar do norte. Para além de suas atividades ilegais, estas rádios tinham o costume de hastear bandeiras negras em seus barcos, em referência aos corsários e piratas dos séculos passados. Mas estas rádios também eram consideradas piratas pois estavam “buscando o ouro” (MACHADO,1987, p.60), no sentido de que procuravam lucrar com esta prática. Investigar o contexto econômico da época permite elucidar melhor esta questão:

Conforme aponta Hobsbawm em “A Era dos Extremos”, findada a Segunda Guerra Mundial, a Europa passou por um momento de reconstrução financiada através do intenso fluxo de capitais e da expansão de grandes empresas norte americanas. Estas empresas buscavam aumentar seus mercados e lucros criando assim a necessidade de espaços de publicidade em veículos de comunicação massivos, seguindo a lógica comercial que predominava na radiodifusão dos EUA (WU, 2012, p.94). É nessa inflexão que as rádios piratas zarparam rumo às ondas hertzianas. Buscando romper com o monopólio estatal e com o marasmo da programação oficial, as rádios piratas receberam financiamento de grandes empresas e corporações norte americanas, como a Ford, Lever ou American Tobacco (MACHADO et al, 1987, p.60) para realizarem suas transmissões.

As rádios piratas não possuíam um objetivo democratizante definido, nem princípios políticos definidos. Estas reproduziram, em maior ou menor grau, os modelos de comunicação existentes norte-americanos, mas por outro lado abriram brechas para a contestação do monopólio estatal sobre o Espectro e para a apropriação da tecnologia de transmissão de rádio.

As Rádios Livres europeias surgem durante os anos 70, num momento de inflexão política herdada dos movimentos contestatórios de 1960, como a barricada parisiense de 1968 (GUATTARI, in MACHADO, 1987, p.13) e de questionamento do monopólio estatal de radiodifusão. No início, não havia uma identidade política cultural das Rádios Livres, que se dividiam em dois movimentos distintos: as rádios que reproduziam a lógica empresarial, procurando furar o monopólio com o intuito de se tornarem negócios lucrativos através da exploração da publicidade, e as rádios que buscavam construir uma comunicação mais aberta e democrática, atreladas a movimentos sociais engajados. As rádios italianas Milano Centrale, Canale 96 e a mais famosa, Alice, traziam ares novos à contestação política. Inspiradas nos movimentos anarco-sindicalistas e anticapitalistas, estas rádios construía um movimento que compreendia a apropriação ilegal do espectro como prática política, compondo o que mais tarde se denominou “primavera de 1975” (MACHADO et al, 1987, p.67).

Influenciadas pelo movimento italiano, surgiram também Rádios Livres na França, como a Rádio Verte em Paris e a Rádio Couer d’Acier, instalada na região de Lorraine, que nasceu devido à mobilização social motivada pela política de

demissões em massa de uma siderúrgica local (MACHADO et al, 1987, p.68).

Como em ambos os países perdurava um regime de monopólio estatal sobre o uso do espectro eletromagnético, as Rádios Livres foram reprimidas, com o fechamento das estações e a perseguição dos participantes. O questionamento do monopólio estatal despertou o interesse de vários setores da sociedade em possuir uma parcela do espectro eletromagnético, que foi preenchido de forma desorganizada. No fim, Este processo acabou tornando-se contra as próprias Rádios Livres engajadas, que perderam espaço diante da explosão de um número grande de rádios, que em sua maioria reproduziam o padrão mercadológico de radiodifusão. Quando o monopólio estatal acabou sendo quebrado, multiplicaram-se rádios que tornaram a radiodifusão uma atividade reconhecidamente lucrativa e aberta ao capital comercial (ANDRIOTI, 2004, p.19).

Por fim, as Rádios Livres europeias, que nasceram no bojo do movimento da contestação e questionamento do monopólio estatal, perderam espaço frente à entrada do capital privado, que estabeleceu um modelo comercial de gestão do Espectro (NUNES, 1995, p. 45; p.75).

5 | AS RÁDIOS LIVRES BRASILEIRAS

A primeira Rádio Livre brasileira documentada, Paranoica FM, colocada no ar em 1971 em Vitória, no Espírito Santo, foi resultado de experiências eletrônicas de um garoto de 16 anos que não almejava nenhum objetivo político. Nos anos 80 surgem diversas Rádios na cidade de Sorocaba-SP que já possuíam algumas semelhanças ideológicas e uma pauta comum, dando origem ao movimento denominado “Verão de 82” que em seu auge contou com cerca de 100 rádios livres no ar (NUNES, 1995, p.41). Estas rádios contestavam o monopólio estatal sobre o uso do espectro eletromagnético, possuindo características de organizações políticas como a autogestão, apartidarismo, o exercício da livre expressão e a ausência de publicidade e propagandas. Tentou-se organizar um coletivo de rádios, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba (NUNES, 1995, p.40), cuja incumbência era organizar de forma autônoma e independente do Estado o uso do espectro eletromagnético. Por fim, o Conselho dissolveu-se frente às dificuldades de organização e a repressão sofrida pelo DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações.

Em Julho de 1985, na cidade de São Paulo, foi ao ar a Rádio Livre Xilik, organizada por estudantes e professores da PUC e da USP. Influenciada pelas Rádios Livres engajadas europeias e também por movimentos Anarquistas, a Rádio pregava autonomia e ação direta. Praticando a desobediência civil, sem interesse em se subjugar às leis de gestão e fiscalização do Espectro Eletromagnético brasileiro e questionando as estruturas de poder reproduzidas na comunicação hegemônica, resultou numa experiência radical de Rádio Livre. A Rádio transmitiu ao vivo em Agosto de 1985 uma palestra ministrada por Félix Guattari em São Paulo, que

relatava suas experiências na Rádio Livre francesa Rádio Tomate. Enfrentando e resistindo em diversos momentos a repressão, a rádio acaba se dissolvendo por motivos internos. Apesar de sua curta existência, a rádio torna-se inspiração para outras Rádios Livres surgirem em São Paulo.

No final dos anos 80, as Rádios Livres organizaram-se em torno de uma luta política comum, realizando os Encontros Nacionais de Rádios Livres, em 1989, 1990 e 1991. No mesmo sentido, mas em outras frentes de luta, são fundados comitês Estaduais e Regionais de Democratização da Comunicação, que se unem ao FNDC-Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (ANDRIOTTI, 2004, p.106-124).

Neste contexto, é importante distinguir o que hoje se considera Rádios Livres das Rádios Comunitárias, ainda que ambas sejam descendentes destas Rádios Livres politicamente engajadas. De forma geral, ambos movimentos possuem em comum o objetivo de realizar uma comunicação mais dialógica e multidirecional (PERUZZO, 1998) construindo assim um modelo diferente de radiodifusão e reinventando a relação ouvinte-emissor (PERUZZO, 2009, p.5). No entanto, historicamente ocorreu uma diferenciação progressiva no que diz respeito ao entendimento de legalidade e institucionalidade. A aprovação da Lei 9612 de 1998, conhecida como “lei das Rádios Comunitárias” é reconhecida como marco da cisão conceitual entre as Rádios Livres e Comunitárias.

Se a partir deste momento possibilitou-se a operação dentro de uma estrutura legal e institucionalizada, culminando com diversas Rádios Livres engajadas que operavam sem autorização do Estado a buscarem a legalização (ANDRIOTTI, 2004, pp.117-120), a promulgação da lei 9612/98 também foi cercada de controvérsias e divergências, pois apresentava exigências técnicas que limitavam o alcance de cobertura da Rádio em 1 km e a potência de transmissão em 25 Watts, além de impor restrições quanto à estrutura organizativa e ao financiamento da rádio. Na prática, estes limites significam a restrição da própria atividade das Rádios Comunitárias, visto a dificuldade de operar dentro dos critérios técnicos estabelecidos, de modo que podem facilmente adquirir status de ilegalidade e conseqüentemente sofrer embargos da ANATEL- Agência Nacional de Telecomunicações (ARTIGO 19, 2016).

Neste aspecto, a opção pela manutenção da ilegalidade por parte das Rádios Livres ocorre devido à insatisfação com os parâmetros estabelecidos pela Lei e representa assim uma postura mais radical, reafirmando o questionamento sobre o controle e o uso do espectro como propriedade exclusiva e centralizada no Estado.

Esta condição de diferenciação acabou por reafirmar a identidade das Rádios Livres com os movimentos europeu e latino americanos anteriores, que levavam a cabo o questionamento dos monopólios estatal e privado sobre os meios de comunicação e a comunicação hegemônica. O objetivo é tornar a comunicação multidirecional (ENZENSBERGER, 1979, p.23), prezando pela participação popular, de modo que cada indivíduo possa contar sua própria narrativa, fazer seu próprio

discurso, falar sobre sua cultura, sobre sua comunidade, em suma, produzir seu próprio conteúdo, sem a intermediação de uma estrutura hierarquizada.

Em outro aspecto, o termo “livre” destas Rádios compreende também a forma como são construídas: livre da lógica comercial, do proselitismo religioso, da influência centralizadora de partidos, sindicatos e instituições, da publicidade, da opressão, do autoritarismo, da hierarquia, das relações de mercado e de exploração, dos modelos tradicionais de programação.

Félix Guattari, no prefácio do livro “Rádios Livres: a reforma agrária no ar” argumenta que:

O fenômeno das rádios livres só toma seu sentido verdadeiro se o recolocamos no contexto das lutas de emancipação materiais e subjetivas(...)Trata-se, pelo contrário, de um movimento que se instaurou, nos anos 70, como reação a uma certa utopia abstrata dos anos 60. As rádios livres representam, antes de qualquer outra coisa, uma utopia concreta, suscetível de ajudar os movimentos de emancipação desses países a se reinventarem. Trata-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global.(GUATTARI, in MACHADO, 1987, pg.9)

6 | RÁDIO MUDA

A Rádio Muda era uma Rádio Livre que atuava no município de Campinas-SP, dentro das instalações da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), embora não fosse subordinada ou tivesse qualquer relação institucional com a Universidade. A Rádio Muda, que transmitia na frequência de FM 88.5 MHz manteve-se no ar desde meados dos anos 80 até dezembro de 2017, quando foi lacrada por uma ação conjunta da ANATEL, Polícia Federal e a segurança da Universidade Estadual de Campinas, que confiscaram os equipamentos da Rádio e lacraram a porta do Estúdio com concreto.

Um dos maiores questionamentos no que se referia às atividades Rádio Muda era sua opção pelo status de ilegalidade. Este status devia-se a compreensão de que a forma como o Estado determina suas leis e dispositivos em relação aos meios de comunicação favorecem certos setores da sociedade por motivos evidentemente econômicos e políticos em detrimento de outros setores, restringindo a prática da comunicação livre. Outra questão apontada era que mesmo se a rádio almejasse a legalização, não obteria outorga, pois não preencheria os critérios restritivos estabelecidos pela lei das Rádios Comunitárias.

Fortemente identificada com os movimentos de Rádios Livres brasileiras e europeias, a Rádio compreendia comunicação livre como uma prática livre da lógica de mercado predominante entre as emissoras comerciais, não tendo o objetivo de acumulação de lucros, sendo livre de patrocínios, publicidade e propaganda, sem a comercialização de sua programação. Seus participantes fazem a programação pela

vontade de se comunicar, de fazer Rádio Livre, compondo assim uma larga variedade temática, que incluíam desde programas mais combativos e engajados politicamente até programas musicais. A Rádio era financiada através da colaboração dos próprios participantes. Também buscava ser livre também de discursos político-partidários e proselitismo religioso e das opressões cristalizadas na sociedade, prezando por uma estrutura interna horizontal, aberta, não hierarquizada e de respeito mútuo. A Muda era gerida por um Coletivo horizontal de programadores e apoiadores que tomavam as decisões acerca da Rádio em conjunto.

Não se sabe exatamente quando e onde a Rádio foi criada, mas a versão mais conhecida é de que o transmissor da rádio foi construído por alunos do curso de Engenharia Elétrica e Física da UNICAMP nos anos 80 (. Durante os anos 86-88, este transmissor foi deslocado para a Ocupação TABA na UNICAMP, que reivindicava a construção da moradia estudantil, permitindo montar uma rádio cuja cobertura era a área da ocupação. Findada a TABA, o transmissor foi levado para o prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNICAMP, onde transmitiu durante certo tempo até ser transferido a caixa d'água do Ciclo Básico da UNICAMP. No ano de 1999, a rádio adquiriu um transmissor de maior potência e assim, alcançando uma maior área de cobertura, tornou-se conhecida para além do campus universitário. De início, a Rádio Muda tinha um intuito de servir à comunicação dos assuntos acadêmicos, mas com este processo de expansão tornou-se aberta para a toda a comunidade, resultando assim em importantes parcerias da Rádio com membros da comunidade, como o Serviço de Saúde Cândido Ferreira, que trazia os internos para a realização de um programa no estúdio da Rádio e com o Hospital das Clínicas da UNICAMP na campanha de conscientização do HIV. Ainda, a Muda ganhou notoriedade ao participar de diversos eventos como as edições iniciais do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (FIGUEIREDO, 2015, p.314-316), oficinas de rádio no SESC, além de sediar e participar de encontros de mídia e Rádio Livre.

7 | ESTUDO DE CASO

No dia 23 de fevereiro de 2014, agentes da polícia, a mando da ANATEL, e da vigilância do campus universitário invadiram o estúdio da Rádio, levando todos os equipamentos e lacrando-o. Embora a Muda já houvesse sido invadida outras vezes, esta ação foi considerada demasiadamente violenta, uma vez que embora o transmissor e o computador da Rádio já tivessem sido apreendidos, pela primeira vez em sua existência o estúdio foi lacrado.

Perante este ataque, os membros do coletivo buscaram de todas as formas retomar as atividades da Rádio e o seu Estúdio. Na noite seguinte à invasão, seu espaço foi recuperado pelos programadores com a ajuda de outros apoiadores. No dia 11 de março a Rádio já estava retransmitindo através de um transmissor de 5 W de potência na frequência de 105.7 FM, com o estúdio equipado, embora de forma

um tanto quanto precária.

Durante o ano de 2014 a Rádio operou na precariedade, transmitindo com baixa potência em 105.7 FM, ao mesmo tempo em que debatia internamente estratégias para fortalecer a Rádio através de apoio de outros movimentos sociais e Rádios Livres. Neste sentido, o ano foi de muita reflexão e debate entre os membros do coletivo.

No início de 2015, o coletivo conseguiu reequipar devidamente o estúdio com computadores, mobília e equipamentos novos, após a colaboração financeira de programadores e apoiadores, inclusive de uma Rádio Livre alemã. Com um transmissor novo de 150 W de potência, a Muda aumentou consideravelmente a sua área de cobertura, retornando no dia 16 de fevereiro a transmitir na tradicional frequência de 88.5 FM.

O coletivo da Rádio estava ciente que o seu ressurgimento despertaria a atenção das forças repressoras. A Muda tinha em mente que um novo ataque poderia culminar com o fechamento definitivo do estúdio e conseqüentemente o encerramento de suas atividades. Assim, a única forma de garantir a sua sobrevivência era retomar um caminho mais politizado, fortalecendo-se de maneira recíproca com a participação de movimentos sociais, buscando retomar a identificação da Muda com o debate da comunicação e Rádio Livre, e trabalhar para que este debate extrapolasse os limites locais da UNICAMP. Ao mesmo tempo a Rádio buscava atrair novos programadores e apoiadores.

Para concretizar estes objetivos, os membros do coletivo iniciaram a produção de zines, textos e panfletos impressos e digitais, buscando também dialogar com outros coletivos e movimentos. Assim, a Muda foi convidada a participar do “Primeiro Seminário de Comunicação Daniel Herz-Comunicação Como Direito Humano”, junto com outros diversos coletivos, ativistas, jornalistas, associações, organizações populares, sindicatos e militantes das rádios públicas, comunitárias e livres, todos ligados às lutas pela comunicação e pelos direitos humanos.

O debate central deste seminário foi criar uma organização que colaborasse na criação de um Conselho de Comunicação Social na cidade de Campinas, entre outras pautas. Em junho do mesmo ano houve a realização do “Segundo Seminário de Comunicação Daniel Herz”, que possuía como objetivo construir um Conselho de Comunicação Social em Campinas e o Comitê Local do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação -FNDC -Seção Campinas.

Apesar de se tratar de uma luta mais institucional, o coletivo participou de ambos os seminários, levando as pautas que compreendiam como fundamentais dentro do debate de Rádio Livre: ressaltar a legitimidade na prática de Rádio Livre, o problema da criminalização e repressão, o questionamento sobre a gestão pouco democrática do Espectro Eletromagnético. Em Setembro de 2015 o coletivo participou do debate “Democratização da Comunicação: Contra a Criminalização das Rádios Comunitárias e Livres. Qual o papel de um Conselho Municipal de Comunicação em

Campinas?”, convocado pelo FNDC e pelo Conselho Municipal de Direitos Humanos de Campinas, realizado no Plenarinho da Câmara Municipal de Campinas.

Ao mesmo tempo em que participava do debate institucional, a Rádio trabalhou na frente da prática da comunicação livre, ministrando e participando de oficinas realizadas com o intuito de oferecerem uma experiência de radiodifusão e de espalhar o conhecimento e experiência para outros interessados. Em Abril, o coletivo Rádio ministrou uma oficina no cursinho popular Herbert de Souza, localizado no bairro Vila União, em Campinas, e participou em Junho de uma oficina na Casa Mafalda, localizada em São Paulo.

Em maio de 2015, vários coletivos de comunicação livre fizeram um chamado para a realização da “Oficina Integral de Rádio e Comunicação Popular”. Esta oficina, articulada por militantes, comunicadores de diversas Rádios Livres brasileiras em conjunto com coletivos argentinos de Comunicação Popular, tinha como objetivo oferecer uma experiência imersiva e completa sobre o tema de comunicação e Rádios Livres. Assim, foram propostas oficinas, seminários, debates e também a construção artesanal de 20 transmissores de rádio FM, com potências de 100 Watts e de 10 Watts, e suas respectivas antenas.

Esta oficina convergia com os objetivos da Rádio de expansão das atividades para outros lugares através da aquisição de um segundo transmissor de 100 Watts. A ideia era procurar coletivos, pontos e lugares interessados em montar uma Rádio Livre, oferecendo os meios e capacitação técnica para tanto, construindo coletivamente o espaço. Ainda, a oficina possibilitaria a formação técnica de membros do coletivo para a manutenção do transmissor construído e também para a construção de mais transmissores, adquirindo assim autonomia tecnológica.

A Oficina Integral de Comunicação proporcionou o fortalecimento das relações horizontais e de mútuo apoio – o “Rizoma” (DELEUZE et al, 1995)- entre os grupos participantes, além da construção coletiva de 20 transmissores FM de forma artesanal, segundo a filosofia do “*Do it Yourself*”.

Em posse do segundo transmissor, o coletivo Rádio Muda então realizou mais uma oficina de Rádio Livre em novembro de 2015, na gráfica popular Maloca, localizada no bairro Vila União em Campinas, com a transmissão de um debate e um evento cultural e artístico com artistas locais e dos moradores do bairro.

8 | FECHAMENTO DA RÁDIO:

A Rádio Muda continuou transmitindo sua programação diversificada em 88.5 FM pelos próximos anos com seus programadores participando de eventos sobre temas referentes à comunicação livre, rádio e redes. No entanto, no dia 26 de dezembro de 2017, em nova demonstração de autoritarismo do Estado brasileiro, a Rádio sofreu novo ataque a mando do Ministério Público Federal, no qual a ANATEL (com o uso autorizado de força policial) em ação conjunta com a Universidade

Estadual de Campinas confiscou todos os equipamentos da Rádio. Funcionários da Universidade sepultaram o estúdio preenchendo com concreto sua porta, além de terem retirado os cabos e antenas de transmissão no lado externo do estúdio, impossibilitando o uso do mesmo pela Rádio e acarretando a sua dissolução.

9 | CONCLUSÃO

O presente trabalho apontou de que forma as Rádios Livres contribuíram para a construção de uma comunicação mais democrática através da prática de apropriação direta dos meios de comunicação. O trabalho também retrata o modo autoritário e truculento que o Estado trata as Rádios Livres e Comunitárias, que apesar de terem um papel importante na democratização da comunicação, são criminalizadas e punidas de forma desproporcionalmente severa. O Estudo de Caso da extinta Rádio Muda traduz de forma concreta estes pontos, demonstrando como a Rádio foi construída e mantida de forma coletiva, horizontal e aberta, prezando por uma programação plural e sem fins lucrativos, propagandas comerciais, partidárias e religiosas, apontando também os seus principais questionamentos em relação ao modelo concentrado e pouco democrático que rege os meios de comunicação brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, Cristiane Dias. **O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil**. 2004 Dissertação (Mestrado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ARTIGO 19. **Defesa Da Liberdade de Expressão das Rádios Comunitárias no Brasil: Teses Jurídicas Aplicáveis**. 2016. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2016/02/29/defesa-da-liberdade-de-expressao-das-radios-comunitarias-no-brasil-teses-juridicas-aplicaveis/>>. Último acesso em 20 de Maio de 2019.

BELISÁRIO, Adriano. **Espectro Livre como alternativa tecnopolítica à vigilância**. Disponível em <<https://politics.org.br/edicoes/espectro-livre-como-alternativa-tecnopol%C3%ADtica-%C3%A0-vigil%C3%A2ncia>>, 2015. Último acesso em 20 de maio de 2019

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **A Reforma do Modelo Brasileiro de Regulação das Comunicações em Perspectiva Histórica** - Dossiê Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Estudos de Sociologia, Araraquara, 17, 2004.

_____. **O modelo brasileiro de regulação do audiovisual em perspectiva histórica**. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.4, 2010.

COMPARATO, Fábio. **A democratização dos meios de comunicação de massa**. São Paulo. Revista USP, n°. 48,6-17. 2000-2001.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, Vol.1, Rio de Janeiro: Ed 34, 1995. Coleção TRANS

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes**. 2015. Dissertação (doutorado) Rio de Janeiro-Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOBBSBAM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Licitações nas outorgas de rádio e TV – a Ineficácia dos critérios técnicos**. Artigo apresentado no congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom), Natal, 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0386-1.pdf>>, Último acesso em 20 de maio de 2019.

MACHADO, Arlindo. MAGRI, C., MASSAGÃO, M. **Rádios Livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. **Rádios Livres: O outro lado da voz do Brasil**. 1995. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERUZZO, Cecilia M. K. **Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação**. Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Cultura. Vol XI, n.3, 2009.

_____ **Comunicação Nos Movimentos Sociais: O Exercício De Uma Nova Perspectiva De Direitos Humanos**. Contemporânea I comunicação e cultura - v.11 – n.01, 2013.

_____ **Comunicação nos movimentos populares - a participação nas construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SIMIS, Anita. **A legislação sobre as concessões na radiodifusão**. UNIrevista - Vol. 1, nº 3, 2006.

WU, Tim. **Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

UZELMAN, Scott. **Hard at work in the bamboo Garden: Media Activists and Social Movements em Autonomous Media: Activating Resistance and Dissent**. Montreal, Canada. Cumulus Press, 2005.

VALENTE, Jonas. **Regulação democrática dos meios de comunicação**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2013. Coleção O Que Saber?

Sites:

<<http://muda.radiolivre.org>> (Último acesso em 20 de maio de 2019)

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> último acesso em 22 de Maio 2019 .

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Serviço de Radiodifusão Comunitária. RADCOM. In: ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/radiodifusao/FM_Comu/Default.asp?CodTopico=1850&CodArea=29&CodTemplate=478>. Último acesso em 22 de Maio de 2019

SOBRE O ORGANIZADOR

Luan Vinicius Bernardelli: Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Foi *Visiting Scholar* na Southern Cross University (Austrália) (2019). Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Suas principais publicações apareceram em revistas como Estudos Econômicos (USP), *Journal of Religion and Health*, *Local Government Studies*, *Review of Social Economics* e Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1



9 788572 475051